

Governo garante que travão ao envio de dados é para cumprir

“Big Brother fiscal” azedou relações entre contabilistas e Finanças. A Ordem diz que o Governo não cumpre os limites ao envio de dados das empresas ao Fisco definido pelo Parlamento. Mas as Finanças garantem que o travão definido será acatado.

António Cotrim/Lusa



Na última sessão plenária da legislatura, os deputados aprovaram, entre outras medidas, limites aos dados que as empresas vão ter de enviar para o Fisco.

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt
FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

As relações entre as Finanças e os contabilistas azedaram com o “Big Brother fiscal”. A Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) acusa o Governo de continuar a exigir o envio para o Fisco do ficheiro SAF-T de contabilidade com a totalidade dos dados, prevenido que só sejam encriptados à che-

gada, ao contrário do que foi aprovado pelo Parlamento.

Mas fonte do Ministério das Finanças garantiu ao Negócios que “a encriptação será feita à saída e não à chegada”. Isto quer dizer que a informação que será enviada à Autoridade Tributária (AT) através do ficheiro SAF-T sairá das empresas já encriptada, limitando, por isso, o acesso a esses dados pelo Fisco.

Na sexta-feira passada foram aprovados no Parlamento, em votação final global, os limites aos dados que vão chegar ao Fisco através do SAF-T (ficheiro com toda a informação contabilística das empresas,

que terá de ser enviado a partir do próximo ano e que vai servir para pré-preencher uma parte significativa da Informação Empresarial Simplificada (IES), depois de várias críticas dos contabilistas perante o acesso desproporcional de dados a que a AT passará a ter acesso.

Assim, no processo de submissão prévia do ficheiro SAF-T, “devem ser excluídos, previamente à submissão, os campos de dados do ficheiro normalizado de auditoria tributária” relativo à contabilidade, que sejam de “menor importância ou desproporcionalidade”, lê-se na lei que foi aprovada.

No entanto, ficaram por definir os dados que devem ser excluídos. Mas, num ofício enviado ao Parlamento, a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais apresentou duas opções que preveem a encriptação dessa informação.

Mas para a OCC, os modelos apresentados não chegam. A bastonária Paula Franco afirma que as opções “mantêm como premissa o envio de toda a informação e posterior encriptação do excesso de dados que não são necessários para preenchimento da IES”. Por isso, afirma, o Governo “parece não respeitar aquilo que os senhores depu-

Maratona de votos fecha legislatura

Na última sessão plenária da legislatura, os deputados tinham pela frente uma maratona de 180 diplomas para votar. Além das mudanças em vários códigos fiscais (em que se inserem os travões aos dados que seguem para o Fisco com o SAF-T), o PS aprovou isolado o Código de Trabalho, com a abstenção (e viabilização) da direita. À esquerda o PCP e o Bloco votaram contra, bem como o PAN. As galerias do plenário foram evacuadas entre gritos de “vergonha” e “a luta continua”. O PSD acabou por ser também determinante para travar a Lei do Lóbi, depois das alterações que foram introduzidas depois de o Presidente da República ter vetado o diploma inicial. A Lei de Bases da Saúde também foi aprovada mas, aqui, o PS conseguiu o apoio dos parceiros da geringonça, já que esquerda e PAN também votaram a favor. O novo regime de imparidades na banca e a regularização em prestações de propinas também foram aprovados, entre outros.

tados aprovaram: a exclusão dos dados “previamente à submissão” e não a posteriori como é defendido”.

A informação que deverá seguir encriptada e em que moldes ainda está a ser definida num fórum que foi criado para o efeito e que junta representantes da OCC, da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais e da AT. O objetivo é que até ao início de setembro sejam regulamentadas as regras que o Governo ficou obrigado a cumprir com as alterações aprovadas pelo parlamento. Ainda assim, a AT vai continuar a ter acesso a toda a informação, desde que no âmbito inspetivo. ■